



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.S.^a o balanço patrimonial as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31/12/2012 e 2011. Permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Niterói, 14 de maio de 2013. **Pedro Fernando Maurin Krsulovic** - Diretor Geral, **Ilgo Vicinay Mugica** - Diretor Financeiro e Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011		2012	2011
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.4)	1.732	325	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	17.748	51.380
Contas a receber (Nota 4)	32.927	50.847	Fornecedores e contas a pagar		
Impostos, taxas e contribuições a recuperar (Nota 5)	2.960	13.082	Terceiros	7.022	6.926
Estoques (Nota 6)	6.270	8.129	Adiantamentos de clientes	14.307	8.102
Adiantamentos a fornecedores:			Salários, provisões e encargos sociais	2.696	1.624
Partes relacionadas (Nota 7)	433	4.703	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 10)	5.089	6.165
Terceiros	1.266	3.688	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 11)	-	3.455
Outros créditos	45	197	Parcelamento de débitos fiscais (Nota 12)	1.963	1.293
Total do ativo circulante	45.633	80.971	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 7)	2.011	1.935
Não circulante			Total do passivo circulante	50.836	80.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	1.211	3.140	Não circulante		
Transações com partes relacionadas (Nota 7)	99	75	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	2.022	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar (Nota 5)	331	495	Parcelamento de débitos fiscais (Nota 12)	2.428	2.014
Depósitos judiciais e outros (Nota 14)	676	30	Provisão para contingências (Nota 14)	-	322
	2.317	3.740	Total do passivo não circulante	4.450	2.336
Imobilizado (Nota 8)	37.921	30.702	Patrimônio líquido (Nota 13)		
Intangível	91	56	Capital social	15.000	15.000
	38.012	30.758	Reserva de capital	30	30
Total do ativo não circulante	40.329	34.498	Ajustes de avaliação patrimonial	6.902	8.716
Total do ativo	85.962	115.469	Reservas de lucros	8.523	8.507
			Reservas de dividendos adicionais propostos	221	-
			Total do passivo e do patrimônio líquido	30.676	32.253
				85.962	115.469

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Reserva de dividendos adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais		Reserva legal	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.000	30	9.542	1.933	7.458	0	0	33.963
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13.4)	-	-	(826)	-	-	-	-	(826)
Pagamento de dividendos conforme aprovado em AGO de 24/08/2011	-	-	-	-	(2.268)	-	-	(2.268)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.815	1.815
Constituição de reserva legal	-	-	-	91	-	-	(91)	-
Dividendos propostos (Nota 13.3)	-	-	-	-	-	-	(431)	(431)
Retenção de lucros	-	-	-	-	1.293	-	(1.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.000	30	8.716	2.024	6.483	0	-	32.253
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13.4)	-	-	(1.814)	-	-	-	-	(1.814)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	311	311
Constituição de reserva legal	-	-	-	16	-	-	(16)	-
Dividendos propostos (Nota 13.3)	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Constituição da reserva de dividendo adicional proposto (Nota 13.6)	-	-	-	-	-	221	(221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.000	30	6.902	2.040	6.483	221	-	30.676

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional. A Companhia Brasileira de Amarras - Brasilamarras ("Companhia") foi constituída em 4 de outubro de 1976 e tem por objetivo social principal a fabricação, comercialização, importação, exportação, manutenção, recuperação, instalação e conservação de amarras, âncoras e correntes em geral, podendo proceder à importação, bem como à execução e ao desenvolvimento de estudos e projetos tecnológicos compatíveis com a sua linha de produção industrial e a compra e venda de marcas e patentes que se relacionem direta e indiretamente com o seu objeto social. A Companhia tem sede na Rua Engenheiro Fábio Goulart, 40, na Ilha da Conceição, Cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$ 5.203. Essa situação é fruto do esforço que a Administração da Companhia vem efetuando para liquidar suas obrigações de curto prazo com instituições financeiras de forma a readequar seu capital circulante líquido, como é o exemplo da liquidação dos adiantamentos para contrato de câmbio, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. Adicionalmente, como resultado dessa estratégia de melhoria do capital circulante líquido, já em 2012, a Companhia apresentou um aumento significativo no fluxo de caixa gerado nas operações, bem como um aumento em seu resultado operacional. No período subsequente de 31 de dezembro de 2012 até a data do presente relatório, a Companhia através de seu fluxo de caixa, efetuou a liquidação de R\$ 12.530 referentes a maior parte de seus adiantamentos de contratos de câmbio ("ACC") de curto prazo, permanecendo em aberto os saldos com Citibank e Banco Santander no montante total de R\$ 2.071, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, Eventos Subsequentes. Medidas adicionais estão sendo estudadas pela Administração da Companhia, visando à adequação de seu capital circulante.

2 Base de preparação. a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 26 de abril de 2013, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras para encaminhamento à aprovação do Conselho de Administração. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 14 - Provisões e contingências; • Nota 3.5 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa; • Nota 3.6 - Provisão dos estoques; • Nota 3.8 - Provisão para perda ao valor recuperável do ativo; • Nota 8 - Imobilizado.

3 Principais práticas contábeis. 3.1 Reconhecimento das receitas e dos custos de construção de amarras. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. As receitas de vendas são apropriadas no resultado com base no percentual de execução da construção das amarras, determinado através de relatório realizado pelo Departamento de Engenharia da Companhia, e os custos de construção das amarras são apropriados ao resultado com base nos gastos efetivamente incorridos. **3.2 Moeda estrangeira.** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando-se a taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. Os ganhos e as perdas das diferentes taxas de câmbio utilizadas na conversão são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Instrumentos financeiros. i. Ativos financeiros.** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como "empréstimos e recebíveis". Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. A Companhia reconhece os ativos na data em que são originados. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos, excluindo-se adiantamentos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e depósitos bancários sem restrição de uso. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Quaisquer juros incorridos na transferência de ativos financeiros mantidos pela Companhia são reconhecidos como ativos ou passivos em separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **ii. Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se toma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iii. Instrumentos financeiros derivativos.** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **3.4 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo e são efetuados com bancos de primeira linha. **3.5 Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda. **3.6 Estoques.** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o seu valor de mercado ou realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.7 Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de substituição de um componente do ativo imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é baseada no custo de um ativo menos o seu valor residual. Os componentes significativos dos ativos individuais são depreciados separadamente quando o compo-

nente tem uma vida útil diferente do resto do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado do exercício a partir da data em que o ativo está disponível para uso. As taxas de depreciação estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8. As vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva, se apropriado. **3.8 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. Ativos financeiros.** Os ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo. Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada apurando-se a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontado da taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é menor que o valor contábil registrado, uma redução do valor recuperável é reconhecida. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor. **Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para verificar se existem indicativos de perda no valor recuperável. Quando indícios de perda são observados, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicativos de perda no valor recuperável nos itens não financeiros da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **3.9 Outros ativos e passivos.** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando seja provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, estes são demonstrados como não circulantes. **3.10 Reserva de reavaliação.** A Companhia optou por manter até a sua realização o saldo de reserva de reavaliação de ativos imobilizados existentes na data de transição. Por conta dessa opção, o valor reavaliado desses ativos passou a ser considerado o valor de custo no ativo imobilizado e a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido continuou a ser realizada. A reserva de reavaliação está demonstrada pela reavaliação de bens do ativo imobilizado, demonstrados na Nota Explicativa nº 8, efetuada em dezembro de 2006, com base em laudos emitidos por avaliadores independentes. A realização da reserva ocorre na proporção em que o ativo é depreciado ou alienado e está sendo reconhecida no resultado do exercício, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.4, o que está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estabelecem que a realização da reserva de reavaliação seja reconhecida na conta de lucros acumulados. Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos da reavaliação não foram reconhecidos nos livros contábeis. **3.11 Impostos. Impostos sobre vendas.** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) 19%

Programa de Integração Social (PIS) de 0,65 a 1,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,00 a 7,60%

Imposto Sobre Serviços (ISS) 2%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social - Correntes.** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência. **Imposto de renda e contribuição social - Diferidos.** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante. **3.13 Novas normas e interpretações ainda não adotadas.** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações é efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013 e não foi adotada na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas normas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009).** O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O International Accounting Standards Board (IASB) atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a essa norma. **IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo).** O IFRS 13/CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13/CPC 46 se aplica quando a mensuração ou as divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13/CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Contas a receber

Partes relacionadas (Nota 7)

Valores a faturar

(-) Adiantamentos

Terceiros

Valores a faturar

(-) Adiantamentos

Contas a receber, líquido dos adiantamentos de clientes

Valores faturados de terceiros

Valores faturados de partes relacionadas (Nota 7)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações expresso em Reais)

	2012	2011
Receita líquida (Nota 16)	79.846	73.009
Custos dos produtos vendidos	(57.197)	(48.837)
Lucro bruto	22.649	24.172
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(7.375)	(4.134)
Despesas gerais e administrativas com pessoal	(7.727)	(7.378)
Honorários e gratificações dos administradores (Nota 7)	(1.353)	(1.495)
Outras receitas operacionais líquidas (Nota 18)	6.533	960
	(9.922)	(12.047)
Resultado financeiro (Nota 19)	10.880	5.666
Receitas financeiras	(21.368)	(16.247)
Despesas financeiras	(10.488)	(10.581)
Lucro antes do imposto de renda e		



Itens reavaliados	Edifícios e estruturas metálicas	Cais e carreiras	Máquinas e acessórios	Guindastes e pontes rolantes	Benfeitorias em terrenos	Terrenos	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.143	239	13.622	586	334	1.035	23.959
Adições	-	-	342	-	-	-	342
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.143	239	13.964	586	334	1.035	24.301
Adições	(941)	-	18.593	810	-	(410)	19.403
Baixas/Transferências/Devoluções	-	-	(311)	(93)	-	-	(1.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.202	239	32.246	1.303	334	625	41.949
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(1.303)	(39)	(4.144)	(196)	(53)	-	(5.735)
Depreciação no exercício	(326)	(10)	(1.364)	(58)	(14)	-	(1.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(1.629)	(49)	(5.508)	(254)	(67)	-	(7.507)
Depreciação no exercício	(325)	(8)	(1.400)	(60)	(13)	-	(1.806)
Baixas/Transferências/Devoluções	226	-	-	-	-	-	226
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(1.728)	(57)	(6.908)	(314)	(80)	-	(9.087)
Valor residual							
31 de dezembro de 2011	6.514	190	8.456	332	267	1.035	16.794
31 de dezembro de 2012	5.474	182	25.338	989	254	625	32.862

Itens não reavaliados	Veículos	Moldes e geradores	Móveis e equipamentos	Equip. proc. de dados	Instalações	Obras em Andamento	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.682	961	616	453	504	3.405	10.293
Adições	-	175	42	159	-	8.987	9.363
Baixas/Transferências/Devoluções	-	-	-	-	-	(106)	(106)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.682	1.136	658	612	504	12.286	19.550
Adições	-	272	29	26	-	10.422	10.749
Baixas/Transferências/Devoluções	-	-	-	-	-	(19.233)	(19.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.682	1.408	687	638	504	3.475	11.066
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.249)	(328)	(252)	(346)	(482)	-	(5.271)
Depreciação no exercício	(147)	(84)	(54)	(55)	(3)	(28)	(371)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(3.396)	(412)	(306)	(401)	(485)	-	(5.642)
Depreciação no exercício	(132)	(91)	(54)	(60)	(3)	(25)	(365)
Baixas/Transferências/Devoluções	(3.528)	(503)	(360)	(461)	(488)	(667)	(6.007)
Valor residual							
31 de dezembro de 2011	286	724	352	211	19	30	12.286
31 de dezembro de 2012	154	905	327	177	16	5	3.475

Em dezembro de 2006, a Companhia procedeu a uma reavaliação de alguns bens de seu ativo imobilizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada independente. O resultado dessa reavaliação foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Não foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes. A realização da referida reserva ocorrerá na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

9 Empréstimos e financiamentos	2012	2011
Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) (a)		
Banco Itaú	3.538	8.823
Banco do Brasil	4.289	9.457
Banco Bradesco	178	3.934
Banco Citibank	3.039	7.621
Banco Fibra	-	4.191
Banco HSBC	-	2.852
Banco Santander	3.557	7.325
Banco Sofisa	-	1.916
Financiamento de Importação (FINIMP) (b)		
Banco do Brasil	-	3.815
Capital de giro		
Banco Bradesco (c)	-	1.383
Banco do Brasil (c)	1.800	-
Bankia (d)	1.347	-
Leasing (e)		
Banco Itaú Leasing S.A.	-	20
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	43
Total circulante	17.748	51.380
Capital de giro		
Bankia (d)	2.022	-
Total não circulante	2.022	-

(a) Os adiantamentos de contrato de câmbio possuem prazo de vencimento a curto prazo e estão sujeitos a encargos financeiros que variam de 2,90% a 11,32% a.a., acrescidos de variação cambial do dólar norte-americano. (b) Os contratos de financiamento de importação (FINIMP) estão sujeitos a encargos financeiros de 1,6% a.a. acima da Libor de 12 meses e possuem prazo de vencimento a curto prazo. (c) Os empréstimos em moeda local obtidos na modalidade de capital de giro estão sujeitos aos encargos financeiros de 1,65% a.m. com vencimento em 2013. Em garantia aos empréstimos de capital de giro, foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios. (d) O empréstimo em moeda estrangeira - EURO - obtido na modalidade de capital de giro junto ao Banco Bankia está sujeito aos encargos financeiros de 5,52% a.a., acrescido da variação cambial do Euro, e possui vencimentos semestrais até 2015. (e) Durante o exercício de 2009, a Companhia contratou financiamento na modalidade leasing, com encargos financeiros que variam de 1,20% a 1,58% a.m., encerrados durante o exercício de 2012.

10 Impostos, taxas e contribuições a recolher	2012	2011
Tributos sobre vendas a faturar	852	5.894
IRRF sobre folha de pagamento	324	197
IRRF sobre terceiros	55	50
ICMS a recolher	499	22
IPI a recolher	3.353	-
Outros	6	2
	5.089	6.165

11 Imposto de renda e contribuição social. 11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) oriundos de:		
Prejuízo fiscal e base negativa	644	-
Adições temporárias:		
Variação cambial ativa	(81)	(573)
Variação cambial passiva	648	3.604
Contingência	-	109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.211	3.140

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. 11.2 Conciliação do imposto de renda ("IRPJ") e da contribuição social ("CSLL") ao resultado do período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	2.240	1.544
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Variação cambial	(4.206)	8.915
Despesas não dedutíveis	(2)	194
Provisão para contingências	-	321
Compensação do prejuízo fiscal	-	(612)
Outros	-	181
Base do IRPJ e da CSLL	(1.968)	10.543
Alíquota efetiva	32,77%	32,77%
Total da despesa com IRPJ e CSLL correntes	0	3.455
Total da despesa (receita) com IRPJ e CSLL diferidos	1.928	(3.140)

12 Parcelamento de débitos fiscais	2012	2011
Circulante		
IRPJ	513	513
CSLL	179	179
ICMS	1.271	601
	1.963	1.293
Não circulante		
IRPJ	256	769
CSLL	89	268
ICMS	2.083	977
	2.428	2.014
Total	4.391	3.307

Em dezembro de 2008, a Companhia obteve novo parcelamento de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativo a débitos oriundos do exercício de 2008. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.033, considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em dezembro de 2013, e estão sujeitos à atualização pela UFIR-RJ. Em agosto de 2009, a Companhia obteve parcelamento de IRPJ e CSLL junto à Secretaria da Receita Federal. Os referidos tributos tiveram seu fato gerador em 2008 e totalizam R\$ 3.458 de principal, multa de mora e juros. O parcelamento foi concedido para pagamento em 60 parcelas, com

vencimento final em julho de 2014, corrigidas pela variação da SELIC. Em novembro de 2010, a Companhia obteve parcelamentos de ICMS junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativo a débitos oriundos do próprio exercício. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.648, considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em novembro de 2015, e estão sujeitos à atualização pela UFIR-RJ. Em dezembro de 2012, a Companhia obteve parcelamentos de ICMS junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, relativo a débitos oriundos do próprio exercício. Os referidos débitos, no montante total de R\$ 2.383, considerando principal e multa de mora, foram também parcelados em 60 parcelas, com vencimento final em novembro de 2017, estando sujeitos à atualização pela UFIR-RJ.

13 Patrimônio líquido. 13.1 Capital social. Em 17 de agosto de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária, as sociedades Parati Empreendimentos e Participações S.A. ("Parati") e Marajó Comércio e Representações Ltda. ("Marajó") foram incorporadas pela Companhia nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como consequência, as ações da Companhia, detidas pela Marajó Comércio e Representações Ltda., passaram à titularidade de Vicinay Marine Sociedad Limitada. Nessa mesma Assembleia Extraordinária, o capital social da Companhia foi mantido em R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O patrimônio líquido da Parati e da Marajó foi avaliado em 31 de agosto de 2011 com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 11.270 e R\$ 11.264, respectivamente, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	Parati	Marajó
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	3	-
Impostos a recuperar	3	74
Investimentos	11.264	11.190
Total dos ativos incorporados	11.270	11.264
Patrimônio líquido	11.270	11.264
	2012	2011
Vicinay Marine Sociedad Limitada (domiciliado exterior)	1.499.998.590	1.499.998.590
Outros	1.410	1.410
	1.500.000.000	1.500.000.000

13.2 Reserva legal. É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **13.3 Juros sobre capital próprio e dividendos.** Em 24 de agosto de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o nº 2255371, foi aprovada a distribuição de dividendos pelo valor de R\$ 2.268, reduzindo o saldo da reserva de retenção de lucros. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro, os dividendos mínimos foram calculados como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	311	1.815
Apropriação à reserva legal (5%)	(16)	(91)
Lucro líquido ajustado	295	1.724
(x) dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	74	431
Total	74	431
Percentual de constituição	25%	25%

13.4 Ajustes de avaliação patrimonial (reserva de reavaliação). Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2006, a Companhia procedeu à reavaliação de alguns bens de seu ativo imobilizado com base em laudo de avaliação preparado por peritos especializados. A diferença entre os valores da avaliação patrimonial e o valor contábil na data da reavaliação foi creditada diretamente ao patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". A realização da reserva de reavaliação no exercício de 2012, no montante de R\$ 1.814 (R\$ 826 em 2011), foi registrada a crédito da rubrica de "Outras receitas não operacionais". A realização desta reserva ocorre na proporção em que o ativo foi depreciado ou alienado. A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação, caso tivesse sido calculada e registrada em 31 de dezembro de 2012 e 2011, seria de R\$ 2.346 e R\$ 2.963, respectivamente. Os Administradores da Companhia decidiram pela manutenção do saldo existente da reserva de reavaliação até sua efetiva realização, em conformidade com a faculdade permitida no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) (CPC 13). **13.5 Reserva de retenção de lucros.** Em 31 de dezembro de 2011, o saldo referia-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, no montante de R\$ 1.283, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **13.6 Reserva de dividendos adicionais propostos.** Em 31 de dezembro de 2012, a Administração propôs a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados para a reserva de dividendos adicionais propostos, conforme previsto pelo ICPC 08. Esses dividendos serão distribuídos, ou não, de acordo com deliberação dos sócios. **14 Contingências e depósitos judiciais.** A Companhia é parte envolvida em processos de natureza cível, fiscal e trabalhista. A Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis em cada processo foram tomados e não é necessário reconhecer qualquer provisão para contingências uma vez que não existe processo cujo risco de perda tenha sido estimado como provável. O montante de R\$ 322 registrado em 31 de dezembro de 2011 como provisão para contingências foi integralmente realizado durante o exercício de 2012 e referia-se a uma contingência de natureza trabalhista. Adicionalmente, a Companhia possui causas de natureza basicamente fiscal no montante de R\$ 12.305 que foram classificadas como risco de perda possível. A principal causa é referente a um Auto de Infração, no valor de R\$ 8.559, emitido pelas autoridades fiscais do município de Niterói no ano de 2009, alegando que as atividades operacionais da Companhia deveriam ser consideradas como prestação de serviços e não industrialização e produção de amarras. A Companhia entende que essa causa não é procedente e, baseada no relatório de seus assessores jurídicos, não constituiu nenhuma provisão para esse valor. O valor do depósito judicial no montante de R\$ 672 é referente a mandados oriundos de processos fiscais (ICMS) cuja classificação de perda foi considerada possível.

	Início Vicinay Muqica	Marcos Leite
	Diretor Financeiro Administrativo	Contador - CRC-RJ: 076959/0-1

15 Compromissos - Responsabilidade por garantia de fabricação. A Companhia concede garantia para os equipamentos de sua fabricação pelo prazo médio de 12 meses, a partir da data em que foram colocados à disposição do cliente. A Companhia não tem histórico de reclamações por falhas técnicas dessa natureza e, portanto, nenhuma provisão tem sido constituída.

16 Receita líquida	2012	2011
Venda mercado interno	46.281	33.497
Venda mercado externo	48.843	49.571
Venda de serviços	2	6
Receita bruta de serviços	95.126	83.074
Impostos sobre vendas	(13.347)	(10.064)
Devoluções cancelamentos	(1.933)	-
Deduções da receita	(15.280)	(10.065)
Receita líquida	79.846	73.009

17 Instrumentos financeiros. As operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011 da Companhia, mensuradas pelo custo amortizado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2012	2011
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.732	325
Contas a receber de clientes	32.907	50.847
Partes relacionadas - Contas a receber	532	4.778
Outros créditos	45	197
	35.216	56.147
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar	7.022	6.926
Empréstimos e financiamentos	24.161	53.304
	31.183	60.230

Os instrumentos financeiros citados acima estão mensurados ao seu custo amortizado, que se aproximam do valor justo dos instrumentos financeiros, devido à natureza de curto prazo dos instrumentos. Os ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis, e os passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração do valor justo.** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois tem atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou está ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável. • As taxas de juros de empréstimos e financiamento são em sua quase totalidade pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos. **Hierarquia de valor justo.** Os instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: a. Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; b. Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, que diretamente, ou seja, como os preços, ou indiretamente, ou seja, derivada de preços; e c. Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

Nível 2	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	1.732	325
Empréstimos e financiamentos	24.161	53.304

A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de liquidez e risco de moeda estrangeira em conexão com seus instrumentos financeiros. A gestão de riscos é feita de forma integrada e é administrada pela Companhia como parte das operações. Esses processos e políticas estão descritos nas demonstrações financeiras. **Riscos de crédito.** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, oriundos principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. No caso da Companhia, o risco de crédito é diminuído em função de a Companhia operar substancialmente com empresas de grande porte (Petrobras e outros) e com partes relacionadas. A Companhia divulgou a abordagem adotada para provisão para crédito de liquidação duvidosa, conforme destacado na Nota Explicativa nº 4. **Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros na data dos respectivos vencimentos. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos respectivos vencimentos. Contudo, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua matriz caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo. A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixa associados com o saldo de fornecedores e contas a pagar serão impactados:

	2012	
	Valor	Até 2 meses
Fornecedores	4.927	4.927
Contas a pagar	2.095	1.570

Risco de mercado. Risco de mercado é o risco de impacto negativo no resultado da Companhia devido a alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis. A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. **Risco de moeda.** A Companhia está sujeita ao risco de moeda devido às transações efetuadas em moeda diferente da moeda funcional. A exposição da Companhia ao dólar norte-americano e euro está relacionada às transações com instituições financeiras, clientes, fornecedores e com suas partes relacionadas no exterior. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição cambial está demonstrada no quadro a seguir:

	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira	18.182	40.936
Passivos em moeda estrangeira	31.413	53.442

Caso houvesse uma diminuição de 5% na cotação do dólar americano, a Companhia teria uma perda de R\$ 662. No caso de aumento de 5% na cotação do dólar americano, a Companhia apuraria um ganho de R\$ 662.

18 Outras receitas operacionais líquidas	2012	2011
Receitas operacionais		
Lucro na alienação de ativo	4.152	31
Recuperação de despesas	1.006	100
Reversão provisão de perda em estoque (ajuste de inventário)	301	-
Realização da reavaliação de ativos	826	826
Venda de sucatas	4	